

ORDEM SOCIAL

Índios terão direito à posse das terras por eles ocupadas

por Ana Cristina Magalhães de Brasília
A Assembleia Constituinte aprovou ontem o capítulo referente aos índios. O texto, aprovado por 497 votos contra cinco e dez abstenções, concede aos índios a posse das terras tradicionalmente por eles ocupadas. Essas áreas, a serem demarcadas pela União, não poderão ser ocupadas. As mineradoras e garim-

peiros que atualmente exploram o subsolo dessas terras também deverão ser removidos.
A remoção dos índios das terras que tradicionalmente ocupam só poderá ser feita nos casos de catástrofes ou epidemias, pelo referendo do Congresso Nacional. A remoção no interesse da soberania nacional ocorrerá após a deliberação do Congresso.

O novo texto da Carta

Eis a íntegra do capítulo dos índios, aprovado ontem pela Constituinte:

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**
(...)
**CAPÍTULO VIII
DOS ÍNDIOS**

Art. 268 — São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º — O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 269 — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes.

§ 1º — São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter

ACULTURAÇÃO — O acordo retirou do texto constitucional o artigo da emenda do "Centrão" que assegurava os direitos apenas aos índios que não possuíam "elevado grau de aculturação". Esse artigo estava sendo o ponto mais polêmico nas negociações. A fusão aprovada retira, na prática, os poderes que o Executivo exerce hoje sobre as questões indígenas, conforme a Agência Globo.

permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

§ 3º — Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população, e, nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer caso, o retorno imediato logo cesse o risco.

§ 4º — São nulos e extintos, e não produzem efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo não são direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benéficas derivadas da ocupação de boa-fé, na forma da lei.

§ 5º — Não se aplica nas terras indígenas, o disposto no § 2º do art. 203.

Art. 270 — Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Aprovado o texto-base do "Centrão"

por Ascânio Seleme de Brasília

A ansiedade do "Centrão" em votar o mandato de Sarney antes da viagem do presidente a Nova York garantiu a aprovação do texto-base do "Centrão" no título das disposições transitórias, sem acordo que lhe garantisse qualquer alteração. Para o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, "a votação sem acordo foi uma primeira demonstração de força do grupo nesta etapa da Constituinte". O texto foi aprovado por 320 votos contra 222 e 10 abstenções.

Esta demonstração de força, em segunda análise, vai permitir uma série de alterações na vida das instituições do País. O texto aprovado ontem estabelece, por exemplo, que o mandato dos atuais prefeitos e vereadores terminará no dia 1º de janeiro de 1989. Significa dizer que haverá eleição para prefeitos e vereadores ainda neste ano.

No item da anistia, o texto base do "Centrão" é aquele defendido pelos militares. Ele gera efeitos financeiros aos atingidos somente após a promulgação da nova Constituição, sem admitir a reintegração dos cassados. No caso dos militares punidos por motivação política, significa que eles não serão reincorporados às suas fileiras. Também os civis cassados não poderão ser readmitidos nas instituições das quais foram afastados.

As disposições transitórias aprovadas ontem criam uma comissão mista de deputados e senadores para produzir um "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo do poder público brasileiro". A comissão, segundo o texto, terá poder legal de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, além de ter o assessoramento direto do Tribunal de Contas da União.

Os ex-combatentes, civis ou militares, recebem com a



José Lourenço

aprovação do novo texto. Poderão ser admitidos no serviço público sem concurso e com imediata estabilidade. Receberão também uma pensão vitalícia correspondente ao soldo de um segundo-tenente das Forças Armadas. Já os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-lei nº 5.813, de 1943, os chamados "soldados da borracha", receberão pensão mensal vitalícia de três salários mínimos.

O texto estabelece ainda que a Zona Franca de Manaus, com suas características de área de livre comércio de exportação e importação e de incentivos fiscais, é mantida nos padrões da legislação vigente. Somente através de lei federal poderá ser modificada a política industrial que disciplina a aprovação de projetos na Zona Franca. Estas disposições, segundo o texto aprovado, não requerem qualquer ato para sua regulamentação.

O senador Mário Covas, durante o encaminamento contrário à aprovação do texto do "Centrão", disse que o artigo 57 do documento agrada disposição anteriormente fixada pela Constituinte. Nesse artigo, o "Centrão" estabelece que

Fim de um obstáculo ao governo

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Constituinte pôs fim hoje ao maior obstáculo ao governo do presidente José Sarney: a indefinição de seu mandato. Confirmada a tendência pela aprovação dos cinco anos, o presidente da República termina a "chantagem pelos cinco anos" e não haverá mais desculpas para seu insucesso, afirmou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), líder do "Centrão" e cincoanista.

Da mesma ideia compartilha o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA): com os cinco anos o presidente não estará mais "sitiado pelos partidos que deveriam dar-lhe apoio e não dão, sem poder agir por não saber quanto tempo dura o cargo", afirmou o senador, também cincoanista.

Definido o mandato e estando praticamente no fim os trabalhos da Assembleia Constituinte, o próximo passo será a consolidação da transição democrática que ora se encerra, afirmaram os dois constituintes. Essa consolidação passa, necessariamente, pela reestruturação dos partidos e pelo empenho que o presidente deve dar a seu plano de governo.

Se o presidente mostrar determinação em cumprir um plano econômico austero, visando primeiramente ao corte do déficit público, à negociação da dívida externa e ao incentivo à economia,

estará, neste dia, iniciado o "governo Sarney", disse Passarinho.

Para o deputado Delim Neto (PDS-SP), o presidente está no caminho certo. As meias propostas pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de reduzir o déficit público neste ano para 4% do Produto Interno Bruto (PIB), em vez dos atuais 7%, e manter uma estimativa de 600% de inflação em 1988, são factíveis na sua opinião. Ele lembrou que as medidas até agora adotadas têm apresentado resultados, pois há três meses a inflação gira em torno dos 18 a 19% e, devido à indexação de preços, salários e tarifas nesses mesmos níveis, há uma sensação geral de alívio. Com isso, diminuíram as reivindicações, tanto trabalhistas quanto empresariais. Prosseguindo dessa forma, o governo terá tempo para fazer com que a política econômica traçada encontre seu caminho, disse Delim Neto.

ATUAÇÃO NA ECONOMIA

A aprovação dos cinco anos ainda permitirá ao governo avançar mais se quiser, acredita o ex-ministro da Fazenda. Para tanto, deve baixar as atuais tarifas alfandegárias, internacionalizar a economia, tentar reduzir ainda mais o déficit público para 1989 e, acima de tudo, deixar que a economia se regida pelas leis do mercado. A sustentação desse "novo go-

verno", na opinião de Passarinho, será feita basicamente pelas Forças Armadas, que serão as garantidoras da ordem constitucional, e pela base parlamentar que passará a apoiar o governo.

A composição dessa base, segundo Fiúza, tem de levar em conta principalmente as forças políticas que o apoiaram até agora, devendo o presidente dar o tratamento adequado ao peso de cada uma.

O ideal, disse, seria a formação de um grupo que se identificasse com um projeto de consolidação da transição. Esse novo grupo poderia surgir das dissidências do PMDB e do PFL. Nesse ponto, Fiúza faz uma distinção. Para ele, enquanto o implemem, as dissidências do PFL não são essenciais, apenas decorrem na "busca legítima pelo poder".

"REARRUMAR O GERAL"

Essa base parlamentar que deveria surgir do que chamou de "rearrumação geral" — tendo como consequência a formação de partidos ideologicamente definidos, de direita, centro e esquerda — não terá a força necessária, pois, até agora, se apresentou somente uma dissidência dentro do PMDB, afirmou o senador Passarinho. Assim como Fiúza, ele vê com bons olhos a formação de um grande grupo de centro, formado por parlamentares do PFL e do PMDB.

a lei que vai criar o seguro-desemprego disporá que o produto da arrecadação do PIS e do Pasep será "prioritariamente" aplicado no referido seguro e "outros benefícios" de interesse dos beneficiários. Covas viu um flagrante retrocesso nesse item, na medida em que o entendimento anterior prevê a total aplicação desse produto no seguro-desemprego.

O texto do "Centrão" cria dois estados a partir dos territórios de Roraima e Amapá, e submete a plebiscito a criação do estado de Tocantins, arrancado do norte de Goiás. Nesse ponto, outro desacerto entre as disposições transitórias e as permanentes da nova Constituição. Já fora estabelecido que, no futuro, a União não poderá se comprometer financeiramente

com a criação de novos estados. No texto do "Centrão" fica estabelecido que a União dará aos novos estados os mesmos benefícios e apoio concedido a Rondônia e Mato Grosso do Sul depois da sua criação. Uma série de outros itens de igual importância foram introduzidos nas disposições transitórias do "Centrão".

Define, por exemplo, que a União terá no máximo cinco anos para demarcar definitivamente as terras indígenas. Mais adiante ele reconhece a propriedade das terras às comunidades negras remanescentes dos quilombos. O texto cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural nos moldes já existentes do Senai e Senac. Institui o Superior Tribunal de Justiça e os tribunais regionais de recursos.

Mais polêmico, portanto alvo preferencial de emendas no substitutivo, o artigo 45 do texto-base do "Centrão" simplesmente estabelece os servidores federais, estaduais e municipais que, à data da promulgação da nova Constituição, contêm com pelo menos cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Todos esses pontos, polêmicos ou não, poderão, a partir da votação dos destaques individuais e coletivos, ser alterados ou suprimidos.

O próprio autor da emenda que atribui cinco anos ao presidente Sarney, deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), admite que "muita gente votou no texto do 'Centrão' para que depois pudéssemos aprovar o mandato do presidente". A denominação do conjunto aprovado já define o seu caráter. Ontem, foi votado o "texto-base" do "Centrão", e hoje as emendas começam a ser discutidas. Muitas alterações ainda podem acontecer.

Miguel Arraes não acompanha a votação

O governador Miguel Arraes não quer acompanhar a votação do mandato do presidente José Sarney, em Brasília, nem far nenhum tipo de pressão sobre a bancada de Pernambuco em favor dos quatro anos. A informação foi dada ontem pelo secretário de Imprensa, Ricardo Leitão, acrescentando que o governador deixou que cada constituinte decidia essa questão de acordo com suas consciências, como apurou a Agência Globo.

Arraes, contudo, mantém sua posição favorável aos quatro anos, não apenas para o presidente Sarney mas para todos os presidentes da República. Por extensão, a bancada pemedebista é amplamente favorável aos quatro anos. Dos dezesseis representantes da chamada Frente Popular, treze anunciam que votarão pelo quatro anos, e apenas três (Nilson Gibson, José Carlos Vasconcelos e Fernando Bezerra Coelho) pelos cinco.

Gibson sempre esteve com os cinco anos por questão de princípio, segundo ele. Fernando Bezerra Coelho aderiu à tese depois que o governo federal anunciou investimentos de US\$ 300 num projeto de irrigação no Vale do São Francisco, onde tem sua principal base eleitoral, e José Carlos Vasconcelos, cunhado do ex-ministro Marcos Freire, para atender a um pedido do presidente Sarney. Já o constituinte Luiz Freire, filho do ex-ministro, ainda está indeciso.

Manobras do líder do PMDB adiaram a votação do mandato

por Zanoni Antunes de Brasília

A Assembleia Constituinte adiou para hoje a fixação, no título das Disposições Transitórias, a duração do mandato do presidente José Sarney. A presença de 552 dos 559 constituintes assinalados no painel eletrônico do plenário, no entanto, não foi suficiente para que os parlamentares cincoanistas garantissem a vitória. Os quatroanistas — que já se consideram derrotados —, comandados pelo líder do PMDB, Mário Covas, conseguiram manobrar e protelar a sessão até o seu encerramento, às 22 horas de ontem.

Com o acordo para a votação do capítulo dos Índios, no início da tarde, o presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou nova sessão para as 18.30 horas. Aberta a sessão, foi a vez de os líderes partidários encaminharem as votações. O senador Mário Covas, ao subir à tribuna, fez um veemente discurso contra a tese dos cinco anos e criticou a colocação em votação de um título, que considerou da maior relevância, sem entendimentos e negociações.

DISCURSO DE COVAS
Em seu discurso, o líder Mário Covas lembrou que "é muito fácil falar e fazer democracia quando se é minoria". Difícil, prosseguiu, "é quando se exerce a maioria e ao mesmo tempo se defende os direitos da minoria". Covas fez essa referência recordando que o "Centrão", hoje possuidor da maioria, por diversas vezes alterou as decisões da Comissão de Sistematização. Em seguida, o líder pemedebista passou a criticar o mandato de cinco anos para o atual presidente da República.

Lembrou, o líder, que o presidente José Sarney, por três vezes, repetiu que a soberania da Assembleia Constituinte é que fixaria a duração de seu mandato, mas que era favorável que o seu mandato fosse de quatro anos. "A palavra de um presidente tem sentido histórico", disse Covas, para acrescentar que "chegamos a um ponto de deteriorização onde o presidente só se preocupa com a dimensão do seu mandato".

Em tom veemente, falou de "aliciamentos torpes", de "funcionários" do governo que consideram a CPI da Corrupção inconstitucional. "quando, em qualquer país sério, inconstitucional é a corrupção". A partir desse momento, o lado direito do plenário, tradicionalmente ocupado por constituintes que seguem a orientação do governo, passou a votar o líder pemedebista. "Houve uma época que o respeito

era comum nesta Casa", comentou Covas depois do discurso.

"ALGUMAS SURPRESAS"
Ulysses Guimarães colocou em votação o texto-base do "Centrão" sobre as Disposições Transitórias. Os 320 votos favoráveis ao texto do "Centrão" contaram com "algumas surpresas", segundo o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro. "A musa da Constituinte, a progressista Rita Camata, votou com eles", ironizou Monteiro. Ele apontou ainda os votos do senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC), "que trocou o seu voto pelo asfaltamento da 364 (rodovia que liga Porto Velho a Rio Branco)", e de Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), "que integrava o Comitê Suprapartidário das Diretas" e de Rose de Freitas (PMDB-ES) "ala esquerda do PMDB".

A deputada Rose de Freitas disse aos jornalistas que "não entendeu" a ausência do registro do seu voto. "Votei ao lado de de-

putado Ronaldo César Coelho", tentou se explicar. A constituinte disse ainda que iria requisitar a lista de votação. Seus colegas, contudo, estranharam o fato de a parlamentar não se utilizar do microfone de apertar do plenário para se justificar.

Quando faltavam dez minutos para as 22 horas, os líderes do "Centrão" apresentaram a mesa um requerimento prorrogando a sessão por mais duas horas. Várias questões de ordem foram levantadas e o "Centrão" acusou o líder Mário Covas de estar obstruindo a votação. Ulysses Guimarães decidiu, então, "em nome do espírito da ordem, do entendimento", convocar nova sessão para as 9 horas de hoje. "Esse velho está louco", reagiu um dos líderes do "Centrão", deputado Gastone Righi. "Ele atendeu ao Covas", completou o líder do PFL, José Lourenço. "Não altera em nada", tranquilizou Roberto Cardoso Alves, expoente do "Centrão".

DÍVIDAS

Para bancos, anistia só trará prejuízos

A aprovação pela Constituinte das emendas que concedem anistia às dívidas dos pequenos e médios agricultores contraídas junto aos bancos públicos e privados, durante o período de vigência do Plano Cruzado, significará um prejuízo de CZ\$ 1,6 trilhão ao sistema financeiro nacional, equivalente, portanto, ao patrimônio total desse setor, conforme apurou a Agência Globo.

E o que revela um estudo realizado por bancos privados sobre as consequências que a aprovação das emendas dos deputados Ziza Valadares (PMDB) e Hum-

berto Souto (PFL-MG) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB) incluídas no capítulo das Disposições Transitórias provocarão na rede bancária do País.

O estudo lembra que o próprio ministro da Fazenda, ao tomar conhecimento do fato, revelou que dois terços desses prejuízos recairão sobre os bancos oficiais, aumentando o volume do déficit público.

Para ter-se uma ideia da grandeza dos prejuízos, caso as emendas sejam aprovadas, basta dizer que CZ\$ 1,6 trilhão equivalem ao patrimônio total do sistema financeiro brasileiro.